



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Conselho Superior do Ministério Público

**EDITAL DE INSCRIÇÃO DE REMOÇÃO NA
ENTRÂNCIA FINAL N.º 002/2017-CSMP**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS E PRESIDENTE DO COLENDO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em substituição, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a decisão do colendo Conselho Superior do Ministério Público, em sessão extraordinária do dia 11 de novembro de 2016, que culminou com a Resolução n.º 061/16-CSMP;

CONSIDERANDO o Ato PGJ n.º 177/2016, datado de 25.11.2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, em 28.11.2016, que removeu, pelo critério de merecimento, a Exma. Sra. Promotora de Justiça de Entrância Final, Dra. **RENATA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA**, para a 76.ª Promotoria de Justiça da Capital (3.ª VECUTE);

CONSIDERANDO o Ato PGJ n.º 200/2016, datado de 22.11.2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, em 26.12.2016, declarando a vacância da 8.ª Promotoria de Justiça da Capital (10.ª VCRIM), em razão da remoção supracitada;

FAZ SABER, pelo presente Edital, na forma do que preconiza o art. 261 e seguintes, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993, c/c o art. 38, § 2.º, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, que estão abertas as inscrições à **REMOÇÃO** para a 8.ª Promotoria de Justiça, com atuação junto à 10.ª Vara Criminal, pelo critério de antiguidade.

Os registros de inscrição deverão observar o art. 261 e seguintes, da Lei Complementar n.º 011/93,

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'S' or similar character, located at the bottom right of the page.

c/c o art. 38 e parágrafos, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis, contados da 1.^a (primeira) publicação deste. E, para ciência dos interessados, expediu-se o presente Edital de Inscrição para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, por (02) duas vezes consecutivas, com posterior publicação da lista de candidatos inscritos, na forma do art. 259, § 2.º, da referida Lei, c/c os arts. 47 e 48, § 1.º, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, concedendo-se (03) três dias para impugnações ou reclamações, a partir da efetiva publicação.

Manaus (Am.), 10 de janeiro de 2017.


LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Procuradora-Geral de Justiça e
Presidente do c. Conselho Superior do Ministério Público,
em substituição legal